

VAI SER UMA FESTA PARA OS ADVOGADOS E UMA DECEPÇÃO PARA A OPINIÃO PÚBLICA

(Do desembargador Antônio Carlos Amorim, presidente do Tribunal de Justiça do Rio)

# Jurista critica métodos da CPI

PARA DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS AMORIM, ERROS NAS INVESTIGAÇÕES ACABARÃO BENEFICIANDO OS "CASSÁVEIS".

Oncamento

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Antônio Carlos Amorim, afirmou ontem que os advogados dos parlamentares acusados pela CPI do Orçamento "vão lavar a píta, como diz o gaúcho, ou deitar e rolar, como prefere o carioca". Segundo Amorim, o "festival de erros" produzidos pela comissão vai fazer com que o número de culpados diminua a cada dia, ao invés de aumentar, como seria natural. "Vai ser uma festa para os advogados e mais uma decepção para a opinião pública", definiu.

Amorim criticou duramente as conclusões do relatório final do relator Roberto Magalhães (PFL-PE), dizendo que a CPI fugiu das limitações de suas atribuições constitucionais e "meteu-se a ir mais longe e fez tudo o que não se deve fazer numa investigação". O desembargador entende que a CPI deveria dar prioridade à análise do decoro parlamentar e deixar que as investigações fossem feitas pelo Judiciário. "Tinha até veterinário com a missão de produzir provas", ressaltou. "É claro que não poderia dar certo". Para ele, o trabalho da CPI não passou de "um espetáculo lamentável, um grande circo".

Recusando-se a apontar os erros cometidos, que considera "gravíssimos", Amorim disse que ficou "estarrecido" ao assistir pela televisão os depoimentos dos acusados. "As perguntas feitas não levavam a lugar nenhum. A intenção era apenas aparecer para o eleitor, como se a CPI fosse um grande palanque". Ele acredita que o relatório final poderia ser outro se a comissão tivesse contado com a ajuda de criminalistas experientes. "O princípio básico da boa apuração é o sigilo, mas os parlamentares só queriam aparecer".

O desembargador lembrou que, no início dos trabalhos da CPI, foi bastante criticado por ter sugerido a presença de juízes ou "advogados militantes" nas investigações sobre as irregularidades praticadas no Orçamento. "Até o senador José Paulo Bisol (PSB-RS), um ex-magistrado, ficou milindrado com as críticas que fiz naquela ocasião, mas que hoje estão plenamente confirmadas". Amorim crê que o relatório poderá resultar na "cassação de alguns acusados", mas adverte que quando as denúncias chegarem ao Judiciário será preciso recomeçar tudo de novo. "Ainda vamos ter novas decepções pela frente", disse.



Arquivo/AE  
Roberto Magalhães: carta inocentando Jesus Tárra.